

**No. 39139**

---

**Brazil  
and  
Paraguay**

**Treaty on the transfer of convicted prisoners and minors under special treatment  
between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Paraguay.  
Brasília, 10 February 2000**

**Entry into force:** *9 October 2002 by the exchange of instruments of ratification, in  
accordance with article 13*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 3 February 2003*

---

**Brésil  
et  
Paraguay**

**Traité relatif au transfert de prisonniers condamnés et de mineurs sous traitement  
spécial entre la République fédérative du Brésil et la République du Paraguay.  
Brasília, 10 février 2000**

**Entrée en vigueur :** *9 octobre 2002 par échange des instruments de ratification,  
conformément à l'article 13*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 3 février 2003*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

TRATADO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PESSOAS CONDENADAS E DE MENORES  
SOB TRATAMENTO ESPECIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai  
(doravante denominados “as Partes”)

Desejosos de promover a reabilitação social de presos permitindo que cumram suas sentenças no país do qual são nacionais,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

1. As penas de detenção impostas a nacionais da República Federativa do Brasil na República do Paraguai poderão ser cumpridas segundo o disposto no presente Tratado.
2. As penas de detenção impostas a nacionais da República do Paraguai na República Federativa do Brasil poderão ser cumpridas segundo o disposto no presente Tratado.

ARTIGO 2

Para fins deste Tratado entende-se que:

- a) “Estado Remetente” é o Estado a partir do qual o preso, que esteja cumprindo pena privativa de liberdade, poderá ser transferido para o seu país de origem;
- b) “Estado Receptor” é o Estado do qual o preso é nacional e onde poderá ser recebido para o cumprimento do restante da pena;

- c) “Nacional”, no caso da República Federativa do Brasil, conforme definido por sua Constituição, um brasileiro;
- d) “Nacional”, no caso da República do Paraguai, toda pessoa de nacionalidade paraguaia, natural ou naturalizada, conforme o disposto na Constituição da República do Paraguai;
- e) “Preso” é aquela pessoa que está cumprindo no Estado remetente uma sentença definitiva, transitada em julgado e exeqüível, condenatória a uma pena privativa de liberdade;
- f) “Menores sob tratamento especial” são aqueles menores de idade que se encontram cumprindo medida privativa de liberdade imposta por decisão judicial definitiva, pela prática de um delito; e
- g) “Sentença” é a decisão ou resolução ditada por um órgão judicial que impõe uma pena com a qual se conclui um processo penal.

### ARTIGO 3

A aplicação do presente Tratado ficará sujeita às seguintes condições:

- a) que o delito pelo qual a pena seja imposta constitua também delito no Estado recebedor;
- b) que o preso seja nacional do Estado recebedor. A qualidade de nacional será considerada no momento da solicitação da transferência;
- c) que a parte da sentença que restar por cumprir, no momento de efetuar a solicitação a que se refere o parágrafo terceiro do Artigo 5, seja superior a doze (12) meses, salvo por razões excepcionais;
- d) que a sentença seja final e transitada em julgado, isto é, que não esteja pendente de recurso legal no Estado remetente, incluídos os procedimentos extraordinários de apelação ou revisão;

- e) que o preso ou, no caso de menores de idade ou deficientes mentais, o representante legal respectivo, se um dos Estados o considerar necessário, consinta com a transferência;
- f) que o preso tenha cumprido ou garantido o pagamento, de forma satisfatória para o Estado remetente, das multas, despesas com a justiça, reparação civil e sanções pecuniárias de qualquer natureza que correm às suas custas conforme o disposto na sentença e que não esteja tramitando demanda por indenização na jurisdição civil. Excetua-se o preso que comprove devidamente a sua absoluta insolvência.

#### ARTIGO 4

Serão autoridades centrais para a aplicação deste Tratado:

- a) Pelo Governo da República Federativa do Brasil, o Ministério da Justiça;
- b) Pelo Governo da República do Paraguai, o Ministério da Justiça e Trabalho.

#### ARTIGO 5

1. As autoridades competentes das Partes informarão a todo preso nacional da outra Parte sobre a possibilidade oferecida por este Tratado e sobre as conseqüências jurídicas que derivam de sua transferência.
2. As transferências dos presos no âmbito do presente Tratado, efetuar-se-ão por iniciativa do Estado remetente ou do Estado receptor e, nos dois casos, a solicitação de transferência deverá ser feita pela via diplomática. Nenhuma disposição do presente Tratado deverá ser interpretada como impedimento para que um preso apresente pedido de transferência ao Estado remetente.
3. Se um preso solicitar a transferência e o Estado remetente aprová-la, o Estado remetente deverá transmitir o pedido ao Estado receptor, por via diplomática.

4. O Estado recebedor terá absoluta discricção para autorizar ou denegar a transferência solicitada pelo Estado remetente.

5. Para decidir sobre a transferência, o Estado recebedor avaliará o delito pelo qual o preso tenha sido condenado, os antecedentes penais, seu estado de saúde, os vínculos que o preso mantém com a sociedade do Estado recebedor e todas as circunstâncias que possam ser consideradas fatores positivos para promover a reabilitação social do preso.

6. Se o Estado recebedor aprovar o pedido, deverá notificar o Estado remetente de sua decisão e tomar as medidas necessárias para efetuar a transferência; em caso contrário, deverá informar sem demora, por via diplomática, o Estado remetente de sua recusa.

7. A vontade do preso de ser transferido deverá ser manifestada expressamente por escrito. Se o Estado recebedor aprovar a transferência, o Estado remetente deverá dar ao Estado recebedor a oportunidade, se este último assim o desejar, de comprovar, antes da transferência, o consentimento voluntário do preso e se o mesmo conhece as conseqüências legais que decorrem de tal transferência.

8. Se o preso o solicitar, poderá comunicar-se com o Cônsul de seu país, que por sua vez poderá contatar a autoridade competente do Estado remetente para solicitar sejam preparados os documentos relativos ao preso.

9. O Estado remetente deverá apresentar uma declaração ao Estado recebedor na qual se indique o delito pelo qual foi condenado o preso, a duração da pena e o tempo já cumprido, assinalando, inclusive, todo o período de detenção prévia. A declaração conterá, ainda, uma exposição detalhada do comportamento do preso durante a sua detenção, para fins de determinar se o mesmo pode gozar dos benefícios previstos na legislação do Estado recebedor. O Estado remetente deverá apresentar também ao Estado recebedor uma cópia autenticada da sentença proferida pela Autoridade Judicial competente, certificando que é autêntica, junto com quaisquer modificações introduzidas na mesma. Também deverá fornecer qualquer outra informação que possa ajudar o Estado recebedor a determinar o tratamento mais conveniente ao preso com o intuito de promover a sua reabilitação social. Os documentos anteriormente citados deverão ser redigidos ou traduzidos no idioma do Estado recebedor.

10. O Estado recebedor poderá solicitar informações complementares se considerar que os documentos fornecidos pelo Estado remetente não lhe permitem cumprir o disposto no presente Tratado e informará o Estado remetente do procedimento da execução que seguirá.

#### ARTIGO 6

1. O Estado remetente deverá transferir o preso para o Estado recebedor no local acordado entre as Partes. O Estado recebedor será responsável pela custódia e transporte do preso até a penitenciária ou o local onde deverá cumprir a pena.

2. No momento da entrega do preso, o Estado remetente fornecerá aos agentes policiais encarregados da mesma um certificado autêntico, destinado às autoridades do Estado recebedor, em que constem, atualizados à data da entrega, o tempo efetivo de detenção do preso e o tempo deduzido em função de benefícios penitenciários, se existirem, assim como uma fotocópia do expediente penal e penitenciário, que sirva de ponto de partida para o prosseguimento do cumprimento da pena.

3. O Estado recebedor será responsável por todas as despesas relacionadas com o preso a partir do momento em que este passe à sua custódia.

4. Na execução da pena de um preso que tenha sido transferido, deverá observar-se a legislação e os procedimentos do Estado recebedor. O Estado remetente poderá conceder indulto, anistia ou comutação de pena conforme sua Constituição ou outras disposições legais aplicáveis. Não obstante, o Estado recebedor poderá solicitar do Estado remetente a concessão de indulto ou comutação, mediante petição fundamentada a qual será examinada com benevolência.

5. A pena imposta pelo Estado remetente não poderá ser aumentada ou prolongada pelo Estado recebedor sob nenhuma circunstância.

6. Por solicitação do Estado remetente, o Estado recebedor apresentará relato sobre o estado de execução da sentença do preso transferido, em conformidade com o presente Tratado, incluindo o relativo a sua liberdade condicional ou à progressão de regime carcerário.

ARTIGO 7

O Estado remetente terá jurisdição a respeito de todo procedimento, qualquer que seja sua natureza, que tenha por objeto anular, modificar ou deixar sem efeito as sentenças ditadas pelos seus juizes. Uma vez recebida a oportuna notificação do Estado remetente, o Estado recebedor deverá comprometer-se a executar quaisquer modificações introduzidas na pena.

ARTIGO 8

O preso transferido não poderá ser novamente julgado no Estado recebedor pelo mesmo delito que motivou a pena imposta pelo Estado remetente.

ARTIGO 9

1. O presente Tratado aplicar-se-á a menores sob tratamento especial conforme a legislação das Partes.
2. A execução da medida privativa de liberdade que se aplicar a tais menores de idade se cumprirá de acordo com a legislação do Estado recebedor.
3. Para a transferência deverá ser obtido o consentimento expresso do representante legal do menor.
4. Se um nacional de uma Parte estiver cumprindo uma pena imposta pela outra Parte sob condição de suspensão condicional da pena, regime de liberdade condicional ou regime carcerário que não seja o fechado, poderá cumprir tal pena sob a vigilância das autoridades do Estado recebedor.
5. A autoridade judicial do Estado remetente solicitará as medidas de vigilância que interessem, por via diplomática.
6. Aos efeitos do presente Artigo, a autoridade judicial do Estado recebedor poderá adotar as medidas de vigilância solicitadas e manterá informado o Estado remetente sobre a forma em que são cumpridas, comunicando-lhe o não-cumprimento por parte do preso das obrigações assumidas, bem como o fim do período de vigilância.

ARTIGO 10

A execução da sentença e o tratamento a ser aplicado à pessoa transferida reger-se-ão pelas leis do Estado recebedor, inclusive as condições de concessão ou revogação da liberdade condicional ou mudança de regime carcerário.

ARTIGO 11

Nenhuma disposição deste Tratado deverá ser interpretada como fator limitante da capacidade que possam ter as Partes, independentemente do presente Tratado, de outorgar ou aceitar a transferência de menores infratores ou de outros presos.

ARTIGO 12

Este Tratado aplicar-se-á ao cumprimento de sentenças proferidas seja antes ou depois da data de sua entrada em vigor.

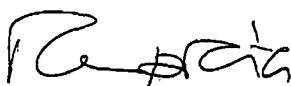
ARTIGO 13

1. O presente Tratado entrará em vigor 30 (trinta) dias após a troca dos instrumentos de ratificação e terá duração indefinida.
2. Qualquer das Partes poderá denunciar este Tratado, mediante notificação escrita por via diplomática. A denúncia terá efeito cento e oitenta (180) dias após de ter sido efetuada a referida notificação.



3. Em caso de denúncia do presente Tratado suas disposições permanecerão em vigor em relação aos presos que, ao amparo das mesmas, houverem sido transferidos, até o término das respectivas penas.

Feito em Brasília, em 10 de fevereiro de 2000, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia  
Ministro das Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DO PARAGUAI

José Félix Fernández Estigarribia  
Ministro de Relaciones Exteriores

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

CONVENIO SOBRE TRASLADO DE PERSONAS CONDENADAS Y MENORES BAJO  
TRATAMIENTO ESPECIAL ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA  
DEL PARAGUAY

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno de la República del Paraguay  
(en adelante denominados "las Partes")

Deseosos de promover la rehabilitación social de presos permitiendo que cumplan sus sentencias en el país del cual son nacionales,

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO 1

1. Las penas privativas de libertad impuestas a nacionales de la República Federativa del Brasil en la República del Paraguay podrán ser cumplidas según lo dispuesto en el presente Convenio.
2. Las penas privativas de libertad impuestas en la República Federativa del Brasil a nacionales de la República del Paraguay podrán ser cumplidas según lo dispuesto en el presente Convenio.

ARTICULO 2

A los efectos del presente Convenio, se entiende por:

- a) "Estado Remitente", el Estado desde el cual el recluso, que esté cumpliendo una condena de pena privativa de libertad, podrá ser trasladado a su país de origen;

- b) "Estado Receptor", el Estado del cual es nacional el recluso, y donde podrá ser recibido para el cumplimiento del resto de su condena;
- c) "Nacional", en el caso de la República Federativa del Brasil, un brasileño según lo definido por la Constitución brasileña;
- d) "Nacional", en el caso de la República del Paraguay, toda persona de nacionalidad paraguaya, natural o naturalizada, conforme a lo dispuesto en la Constitución de la República del Paraguay;
- e) "Recluso", aquella persona que esté cumpliendo en el Estado remitente, una sentencia definitiva firme y ejecutoriada, condenatoria a pena privativa de libertad;
- f) "Menores bajo tratamiento especial", los menores de edad que se encuentren cumpliendo una medida privativa de libertad impuesta por una resolución judicial firme, por la comisión de un delito; y
- g) "Sentencia", el fallo o resolución final dictado por un órgano judicial que impone una condena, con la cual concluye un proceso penal.

### ARTICULO 3

La aplicación del presente Convenio quedará sujeta a las siguientes condiciones:

- a) que el delito por el cual la condena haya sido impuesta constituya también delito en el Estado receptor;
- b) que el recluso sea nacional del Estado receptor. La calidad de nacional será considerada en el momento de la solicitud del traslado;
- c) que la parte de la condena que faltare cumplir, al momento de efectuarse la solicitud a que se refiere el párrafo tercero del Artículo 5, sea superior a doce (12) meses, salvo razones excepcionales;
- d) que la sentencia sea firme y definitiva, es decir, que no esté pendiente de recurso legal alguno en el Estado remitente, ni de procedimientos extraordinarios de apelación o revisión;
- e) que el recluso o, en caso de menores de edad o de deficientes mentales, el representante legal respectivo, si uno de los dos Estados lo considera necesario, consienta el traslado;

- f) que el recluso haya cumplido o garantizado el pago, a satisfacción del Estado remitente, de las multas, gastos de justicia, reparación civil y condenas pecuniarias de toda índole que corren a su cargo conforme a lo dispuesto en la sentencia, y que no se encuentre en trámite de demanda por indemnización en la jurisdicción civil. Se exceptúa al recluso que acredite debidamente su absoluta insolvencia.

#### ARTICULO 4

Serán autoridades centrales para la aplicación de este Convenio:

- a) por el Gobierno de la República Federativa del Brasil, el Ministerio de Justicia.
- b) por el Gobierno de la República del Paraguay, el Ministerio de Justicia y Trabajo.

#### ARTICULO 5

1. Las autoridades competentes de las Partes informarán a todo interno nacional de la otra Parte sobre la posibilidad que le brinda la aplicación de este Convenio, y sobre las consecuencias jurídicas que se derivan del traslado.
2. Los traslados de reclusos en el ámbito del presente Convenio se efectuarán por iniciativa del Estado remitente o del Estado receptor, y en cualquiera de los casos la solicitud de traslado deberá ser canalizada por la vía diplomática. Ninguna disposición del presente Convenio deberá ser interpretada como impedimento para que un recluso presente pedido de traslado al Estado remitente.
3. Si un recluso solicita traslado y el Estado remitente lo aprueba, el Estado remitente deberá transmitir la petición al Estado receptor, por vía diplomática.
4. El Estado receptor tendrá absoluta discreción para autorizar o denegar el traslado solicitado por el Estado remitente.
5. Para decidir sobre el pedido de traslado, el Estado receptor valorará el delito por el que el recluso ha sido condenado, los antecedentes penales, su estado de salud, los vínculos que el recluso tenga con la sociedad del Estado receptor, y toda otra circunstancia que pueda considerarse como factor positivo para promover la rehabilitación social del recluso.

6. Si el Estado receptor aprueba el pedido, deberá notificar al Estado remitente de su decisión y tomar las medidas necesarias para efectuar el traslado; en caso contrario, deberá informar sin demora, al Estado remitente, de su denegación, por vía diplomática.

7. La voluntad del recluso de ser trasladado deberá ser expresamente manifestada por escrito. Si el Estado receptor aprobare el traslado, el Estado remitente deberá dar al Estado receptor la oportunidad, si este último así lo deseara, de comprobar antes del traslado el consentimiento voluntario del recluso, y si el mismo conoce las consecuencias legales que traerá aparejada dicho traslado.

8. Si el recluso lo solicita, podrá comunicarse con el Cónsul de su país, quien a su vez podrá contactar con la autoridad competente del Estado remitente, para solicitarle se prepare la documentación relativa al recluso.

9. El Estado remitente deberá presentar una declaración al Estado receptor en la cual se indique el delito por el cual fue condenado el recluso, la duración de la pena y el tiempo ya cumplido, señalando inclusive todo el período de detención previa. La declaración deberá contener además una exposición detallada del comportamiento del delincuente durante su reclusión, a fin de determinar si el mismo puede gozar de los beneficios previstos en la legislación del Estado receptor. El Estado remitente deberá presentar también al Estado receptor una copia autenticada de la sentencia dictada por la autoridad judicial competente certificando que es auténtica, junto con cualesquiera modificaciones introducidas en la misma. También deberá proporcionar cualquier otra información que pueda ayudar al Estado receptor a determinar el tratamiento más conveniente al recluso con el propósito de promover su rehabilitación social. Los documentos anteriormente citados deberán ser redactados o traducidos al idioma del Estado receptor.

10. El Estado receptor podrá solicitar informaciones complementarias si considerare que los documentos proporcionados por el Estado remitente no le permiten cumplir con lo dispuesto en el presente Convenio, e informará al Estado remitente del procedimiento de la ejecución que seguirá.

#### ARTICULO 6

1. El Estado remitente deberá trasladar al recluso, para su entrega al Estado receptor, al lugar acordado entre las Partes. El Estado receptor será responsable de la custodia y transporte del recluso hasta la penitenciaría o el local donde deba cumplir la pena.

2. En el momento de la entrega del recluso, el Estado remitente proporcionará a los agentes policiales encargados de la misma, un certificado auténtico destinado a las autoridades del Estado receptor, en el que consten, actualizados a la fecha de la entrega, el tiempo efectivo de detención del preso y el tiempo deducido en función de los beneficios penitenciarios, si existieren, así como una fotocopia del expediente penal y penitenciario, que sirva de punto de partida para la prosecución del cumplimiento de la pena.
3. El Estado receptor será responsable de todos los gastos relacionados con el recluso a partir del momento en que éste pase a su custodia.
4. En el cumplimiento de la pena de un recluso que haya sido transferido, deberá observarse la legislación y los procedimientos del Estado receptor. El Estado remitente podrá conceder indulto, amnistía o conmutación de la pena de conformidad con su Constitución u otras disposiciones legales aplicables. No obstante, el Estado receptor podrá solicitar del Estado remitente la concesión del indulto o conmutación, mediante petición fundamentada, la cual será examinada con benevolencia.
5. La pena impuesta por el Estado remitente no podrá ser aumentada o prolongada por el Estado receptor bajo ninguna circunstancia.
6. A solicitud del Estado remitente, el Estado receptor proporcionará informes sobre el estado de ejecución de la sentencia del recluso trasladado, de conformidad al presente Convenio, incluyendo lo relativo a su libertad condicional o preparatoria.

#### ARTICULO 7

El Estado remitente tendrá jurisdicción respecto de todo procedimiento, cualquiera sea su índole, que tenga por objeto anular, modificar o dejar sin efecto las sentencias dictadas por sus jueces. Una vez recibida la oportuna notificación del Estado remitente, el Estado receptor deberá comprometerse a ejecutar cualesquiera modificaciones introducidas en la pena.

#### ARTICULO 8

El recluso trasladado no podrá ser nuevamente enjuiciado en el Estado receptor por el mismo delito que motivó la pena impuesta por el Estado remitente.

ARTICULO 9

1. El presente Convenio se aplicará a menores bajo tratamiento especial conforme a las leyes de las Partes.
2. La ejecución de la medida privativa de libertad que se aplique a tales menores de edad se cumplirá de acuerdo con las leyes del Estado receptor.
3. Para el traslado se deberá obtener el consentimiento expreso del representante legal del menor.
4. Si un nacional de una Parte estuviera cumpliendo una condena impuesta por la otra Parte bajo el régimen de condena condicional o de libertad condicional o preparatoria, anticipada o vigilada, podrá cumplir dicha condena bajo la vigilancia de las autoridades del Estado receptor.
5. La autoridad judicial del Estado remitente solicitará las medidas de vigilancia que interesen, por vía diplomática.
6. Para los efectos del presente Artículo, la autoridad judicial del Estado receptor podrá adoptar las medidas de vigilancia solicitadas y mantendrá informado al Estado remitente sobre la forma en que se llevan a cabo, comunicando el incumplimiento por parte del recluso de las obligaciones asumidas, así como el término del período de vigilancia.

ARTICULO 10

La ejecución de la sentencia y el tratamiento a ser aplicado a la persona trasladada, se regirá por las leyes del Estado receptor, incluso las condiciones para el otorgamiento o la revocación de la libertad condicional o preparatoria, anticipada o vigilada.

ARTICULO 11

Ninguna disposición de este Convenio se interpretará en el sentido de limitar la capacidad que puedan tener las Partes, independientemente del presente Convenio, para otorgar o aceptar el traslado de menores infractores o de otros reclusos.

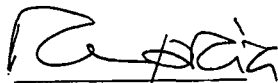
ARTICULO 12

Este Convenio se aplicará al cumplimiento de sentencias dictadas antes o después de la fecha de su entrada en vigor.

ARTICULO 13

1. El presente Convenio entrará en vigor treinta (30) días después del canje de los instrumentos de ratificación y tendrá una duración indefinida.
2. Cualquiera de las Partes podrá denunciar este Convenio, mediante notificación escrita a través de la vía diplomática. La denuncia se hará efectiva ciento ochenta (180) días después de haberse efectuado dicha notificación.
3. En caso de denuncia del presente Convenio sus disposiciones permanecerán en vigor en relación a los reclusos que, al amparo de las mismas, hubieren sido trasladados, hasta el término de las respectivas penas.

Firmado en Brasilia, el 10 de febrero de 2000, en dos ejemplares originales, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.



POR EL GOBIERNO DE LA  
REPÚBLICA FEDERATIVA  
DEL BRASIL

Luiz Felipe Lampreia  
Ministro das Relações Exteriores



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA  
DEL PARAGUAY

José Félix Fernández Estigarribia  
Ministro de Relações Exteriores



[TRANSLATION -- TRADUCTION]

TREATY CONCERNING THE TRANSFER OF CONVICTED PERSONS AND  
OF JUVENILES SUBJECT TO SPECIAL TREATMENT BETWEEN THE  
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND  
THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF PARAGUAY

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Paraguay (hereinafter referred to as "the Parties"),

Desiring to promote the social rehabilitation of prisoners by allowing them to serve their sentences in the countries of which they are nationals;

Have agreed as follows:

*Article 1*

1. Prison sentences imposed in the Republic of Paraguay on nationals of the Federative Republic of Brazil may be served in accordance with the provisions of this Treaty.

2. Prison sentences imposed in the Federative Republic of Brazil on nationals of the Republic of Paraguay may be served in accordance with the provisions of this Treaty.

*Article 2*

For the purposes of this Treaty:

(a) "Sending State" shall mean the State from which a prisoner serving a custodial sentence is to be transferred to his country of origin;

(b) "Receiving State" shall mean the State of which the prisoner is a national and to which he may be transferred in order to serve the remainder of his sentence;

(c) "National" shall mean, in the case of the Federative Republic of Brazil, a Brazilian as defined by the Brazilian Constitution;

(d) "National" shall mean, in the case of the Republic of Paraguay, any person of Paraguayan nationality, whether by birth or by naturalization, in accordance with the provisions of the Constitution of the Republic of Paraguay;

(e) "Prisoner" shall mean a person serving a custodial sentence in the sending State under a final, conclusive and enforceable judgement;

(f) "Juveniles subject to special treatment" shall mean minors serving a custodial sentence, under a final judicial decision, for commission of a crime; and

(g) "Sentence" shall mean a final judgement or decision handed down by a judicial body in a verdict at the conclusion of a criminal trial.

*Article 3*

This Treaty shall apply on condition that:

- (a) The offence for which the sentence was imposed also constitutes an offence in the receiving State;
- (b) The prisoner is a national of the receiving State. The question of nationality shall be considered at the time of the request for transfer;
- (c) At least twelve (12) months of the sentence remain to be served at the time of submission of the request referred to in the third paragraph of article 5, except under special circumstances;
- (d) The judgement is final and conclusive; in other words, no appeal is pending in the sending State, including special appeal or review procedures;
- (e) The prisoner, or, in the case of a minor or mentally disabled person, the legal guardian if either State deems it necessary, consents to the transfer; and
- (f) The prisoner has paid or guaranteed payment, in a manner satisfactory to the sending State, of all fines, legal expenses, civil damages and monetary penalties of any kind for which he is responsible and no civil suit against him is pending. An exception shall be made if the prisoner submits adequate proof of his total insolvency.

*Article 4*

The central authorities for purposes of the implementation of this Treaty shall be:

- (a) In the case of the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Justice; and
- (b) In the case of the Republic of Paraguay, the Ministry of Justice and Labour.

*Article 5*

1. The competent authorities of each Party shall inform all prisoners who are nationals of the other Party of the possibility offered under this Treaty and of the legal consequences of their transfer.
2. The transfer of prisoners within the terms of this Treaty shall be carried out on the initiative of either the sending State or the receiving State; all requests for transfer shall be made through the diplomatic channel. Nothing in this Treaty shall be construed as preventing a prisoner from submitting a request for transfer to the sending State.
3. If a prisoner requests a transfer and the sending State approves it, the sending State shall transmit the request to the receiving State through the diplomatic channel.
4. The receiving State shall have absolute discretion in authorizing or refusing the transfer requested by the sending State.
5. In taking a decision on the transfer, the receiving State shall consider the offence which gave rise to the conviction; the prisoner's criminal history, state of health and links with the society of the receiving State; and any other circumstances which might be considered positive factors that might further the prisoner's social rehabilitation.

6. If the receiving State approves the request, it shall notify the sending State of its decision and shall take the necessary measures to carry out the transfer; if it refuses the request, it shall so inform the sending State without delay through the diplomatic channel.

7. The prisoner's wish to be transferred must be expressly stated in writing. If the receiving State approves the transfer, the sending State shall afford the receiving State the opportunity, if it so desires, to verify prior to the transfer that the prisoner has consented voluntarily and understands the legal consequences of such a transfer.

8. If the prisoner so desires, he may communicate with the Consul of his country, who, in turn, may contact the competent authority of the sending State in order to request preparation of the documents relating to the prisoner.

9. The sending State shall provide the receiving State with a statement indicating the offence which gave rise to the conviction, the length of the sentence and the time already served, including any pre-trial detention. The statement shall also contain a detailed account of the prisoner's conduct while in prison in order to determine whether the prisoner is eligible for any of the benefits provided for under the laws of the receiving State. The sending State shall also provide the receiving State with a certified copy of the judgement handed down by the competent judicial authority, certifying its authenticity, along with any amendments thereto. It shall also provide any other information which might help the receiving State to determine the most appropriate treatment for the purposes of furthering the prisoner's social rehabilitation. The aforementioned documents shall be drawn up in the language of the receiving State or translated into that language.

10. The receiving State may request additional information if it deems that the documents furnished by the sending State do not allow it to comply with the provisions of this Treaty; it shall inform the sending State of the procedure it intends to follow.

#### *Article 6*

1. The sending State shall transfer the prisoner to the receiving State at the place agreed between the Parties. The receiving State shall be responsible for guarding the prisoner and transporting him to the penitentiary institution or place where the sentence is to be served.

2. At the time the prisoner is handed over, the sending State shall provide the police officers responsible for that task with a certified document, addressed to the authorities of the receiving State, indicating, as of the date of the handing over, the actual time the prisoner has spent in detention and the time deducted by way of prison benefits, if any, together with a photocopy of the trial and prison records, to serve as a point of departure for pursuing the execution of the sentence.

3. The receiving State shall be responsible for all costs relating to the prisoner from the moment the latter passes into its custody.

4. The laws and procedures of the receiving State shall be observed in the enforcement of the sentence of a prisoner who has been transferred. The sending State may grant a pardon or an amnesty or may commute the sentence in accordance with its Constitution or other applicable legal provisions. The receiving State may nevertheless ask the sending

State to grant a pardon or to commute the sentence, stating its reasons for making such a request; the request shall be given favourable consideration.

5. Under no circumstances may the receiving State increase or extend the sentence imposed by the sending State.

6. At the request of the sending State, the receiving State shall submit a report giving the status of execution of the sentence of any prisoner transferred under the terms of this Treaty, including whether he has been paroled and his progress towards release.

*Article 7*

The sending State shall have jurisdiction in respect of any procedure, whatever its nature, the purpose of which is to revoke, modify or annul the sentences imposed by its judges. Once it has received the relevant notification from the sending State, the receiving State shall undertake to execute any modification of the sentence.

*Article 8*

Once transferred, the prisoner may not again be tried in the receiving State for the same offence for which the sentence was imposed by the sending State.

*Article 9*

1. This Treaty shall apply to juveniles subject to special treatment under the legislation of the Parties.

2. Execution of a custodial sentence imposed on such juveniles shall be carried out in accordance with the legislation of the receiving State.

3. Express consent to the transfer must be obtained from the legally authorized representative of the juvenile.

4. If a national of one Party is serving a sentence imposed by the other Party under a conditional suspension, conditional release or non-institutional regime, he may serve his sentence under the supervision of the authorities of the receiving State.

5. The judicial authority of the sending State shall request the appropriate supervisory measures through the diplomatic channel.

6. For the purposes of this article, the judicial authority of the receiving State may take the requested supervisory measures and shall keep the sending State informed of the manner in which they are implemented, of any failure by the prisoner to meet his obligations and of the conclusion of the period of supervision.

*Article 10*

The execution of the sentence and the treatment to be accorded to the person transferred shall be governed by the laws of the receiving State, including the conditions for granting or revoking parole or modifying the prison regime.

*Article 11*

No provision of this Treaty shall be interpreted as limiting the capacity of the Parties, independently of this Treaty, to authorize or accept the transfer of juvenile offenders or other prisoners.

*Article 12*

This Treaty shall be applicable to the enforcement of sentences imposed either before or after its entry into force.

*Article 13*

1. This Treaty shall enter into force thirty (30) days after the exchange of the instruments of ratification and shall remain in force indefinitely.

2. Either Party may terminate this Treaty by giving written notice through the diplomatic channel. Such termination shall take effect one hundred and eighty (180) days after the said notification has been given.

3. If this Treaty is denounced, its provisions shall continue to apply in respect of any prisoners transferred under its provisions until the completion of their respective sentences.

DONE at Brasilia on 10 February 2000 in two original copies in the Spanish and Portuguese languages, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Paraguay:

JOSÉ FÉLIX FERNÁNDEZ ESTIGARRIBIA  
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD RELATIF AU TRANSFÈREMENT DE PERSONNES  
CONDAMNÉES ET DE MINEURS EN TRAITEMENT SPÉCIALISÉ  
ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU  
BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU  
PARAGUAY

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Paraguay (ci après dénommés " les Parties "),

Désireux de faciliter la réinsertion sociale des détenus en leur permettant de purger leur peine dans le pays dont ils sont nationaux;

Conviennent comme suit :

*Article premier*

1. Les peines privatives de liberté imposées au Paraguay à des nationaux de la République fédérative du Brésil peuvent être purgées comme en dispose le présent Traité.

2. Les peines privatives de liberté imposées au Brésil à des nationaux de la République du Paraguay peuvent être purgées comme en dispose le présent Traité.

*Article 2*

Aux fins du présent Traité :

a) L'expression " État de provenance " s'entend de l'État d'où le détenu purgeant une peine privative de liberté peut être transféré à destination de son pays d'origine;

b) L'expression " État de destination " s'entend de l'État dont le détenu est un national et où il peut être reçu pour purger le restant de sa peine;

c) Le terme " national " s'entend, s'agissant de la République fédérative du Brésil, de tout Brésilien tel que défini dans sa Constitution;

d) Le terme " national " s'entend, s'agissant de la République du Paraguay, de toute personne de nationalité paraguayenne, de souche ou naturalisée, comme en dispose la Constitution de la République du Paraguay;

e) Le terme " détenu " s'entend de toute personne qui purge dans l'État de provenance une peine privative de liberté en exécution d'une décision de justice définitive et exécutable portant condamnation;

f) L'expression " mineurs en traitement spécialisé " s'entend de mineurs d'âge qui purgent une mesure privative de liberté en exécution d'une décision de justice définitive prononcée en raison d'une infraction pénale; et

g) Le terme " condamnation " s'entend de la décision prononcée par un organe judiciaire, qui impose une peine à la conclusion d'une poursuite pénale.

*Article 3*

L'application du présent Traité est assujettie aux conditions suivantes :

- a) L'infraction pour laquelle la peine a été imposée doit également être caractérisée dans l'État de destination;
- b) Le détenu doit être un national de l'État de destination. Sa nationalité est déterminée au moment de la requête aux fins du transfèrement;
- c) La durée de la peine qui reste à purger au moment de la présentation de la requête dont il est question au paragraphe 3 de l'article 5 doit être de plus de 12 mois, sauf motifs exceptionnels;
- d) La condamnation doit être définitive et exécutoire, c'est à dire qu'aucun recours ne doit être en instance dans l'État de provenance, notamment aucune procédure exceptionnelle en appel ou en révision;
- e) Le détenu ou, s'il est mineur d'âge ou déficient mental, son représentant légal doivent consentir au transfèrement, si l'un des États l'exige;
- f) Le détenu doit avoir acquitté ou garanti, à la satisfaction de l'État de provenance, le paiement des amendes, dépens, frais de justice, réparations civiles et sanctions pécuniaires de toute nature dont il est débiteur en application de la décision portant condamnation et qui ne sont pas l'objet de poursuites en dommages intérêts dans une juridiction civile. Fait exception le détenu qui apporte dûment la preuve de son absolue insolvabilité.

*Article 4*

Les autorités centrales sont, aux fins de l'application du présent Traité :

- a) Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil - le Ministère de la justice;
- b) Pour le Gouvernement de la République du Paraguay - le Ministère de la justice et du travail;

*Article 5*

1. Les autorités compétentes des Parties informent tout détenu qui est un national de l'autre Partie de la possibilité découlant de l'application du présent Traité, ainsi que des conséquences juridiques du transfèrement.

2. Le transfèrement de détenus dans le cadre du présent Traité s'effectue à l'initiative de l'État de provenance ou de l'État de destination; dans un cas comme dans l'autre, la requête aux fins du transfèrement doit être présentée par la voie diplomatique. Aucune disposition du présent Traité ne peut être interprétée comme empêchant un détenu de présenter une requête de transfèrement à l'État de provenance.

3. Si un détenu demande son transfèrement et si l'État de provenance l'approuve, celui ci transmet la requête à l'État de destination, par la voie diplomatique.

4. L'État de destination a le pouvoir discrétionnaire d'accepter ou refuser le transfèrement demandé par l'État de provenance.

5. L'État de destination instruit la requête en tenant compte de l'infraction qui a motivé la condamnation, des antécédents pénaux du détenu, de son état de santé, des liens qui unissent le détenu avec la société de l'État de destination et de toute autre circonstance qui puisse être considérée comme un facteur favorable à la réinsertion sociale du détenu.

6. Si l'État de destination fait droit à la requête, il doit notifier sa décision à l'État de provenance et prendre les mesures nécessaires pour effectuer le transfèrement; dans le cas contraire, il doit notifier sans délai son refus à l'État de provenance par la voie diplomatique.

7. La volonté du condamné d'être transféré doit être manifestée par écrit de manière expresse. L'État de provenance doit donner à l'État de destination, s'il en fait la demande, les moyens de vérifier que le condamné est au courant des conséquences juridiques qu'entraîne pour lui le transfèrement et qu'il y consent de son propre gré.

8. Le détenu peut, s'il en fait la demande, communiquer avec le consul de son pays, lequel peut à son tour entrer en contact avec l'autorité compétente de l'État de provenance pour lui demander d'établir le dossier du condamné.

9. L'État de provenance doit présenter à l'État de destination une déclaration précisant l'infraction qui a motivé la condamnation du détenu, la durée totale de la peine et celle qui reste à purger, avec indication de la durée de toute période de détention préventive. La déclaration doit en outre contenir une description détaillée de la conduite du détenu pendant sa détention, aux fins de déterminer si celui-ci peut bénéficier des avantages prévus par la législation de l'État de destination. L'État de provenance doit aussi présenter à l'État de destination une copie conforme de la décision portant condamnation rendue par la juridiction compétente, attestant qu'elle est authentique, avec toute modification qui peut y avoir été apportée. Il doit aussi fournir tous autres renseignements qui puissent aider l'État de destination à déterminer le traitement convenant le mieux au détenu afin de favoriser sa réinsertion sociale. Les pièces dont il est question ci avant doivent être rédigées ou traduites dans la langue de l'État de destination.

10. L'État de destination peut demander des renseignements complémentaires s'il trouve que les pièces fournies par l'État de provenance ne lui permettent pas d'appliquer les dispositions du présent Traité et il notifie à l'État de provenance la procédure d'exécution qu'il entend suivre.

#### *Article 6*

1. L'État de provenance doit transférer le détenu à l'État de destination dans le lieu convenu entre les Parties. L'État de destination est chargé de la garde et du transport du condamné jusqu'à l'établissement pénitentiaire ou au lieu où il doit purger sa peine.

2. Lors de la remise du détenu, l'État de provenance fournit aux policiers chargés de le prendre en charge un certificat authentique adressé aux autorités de l'État de destination, attestant du temps effectif pendant lequel le détenu a été privé de liberté jusqu'à la date du transfèrement, déduction faite des remises auxquelles il a éventuellement droit dans le ré-



gime pénitentiaire, ainsi qu'une photocopie de son dossier pénal et pénitentiaire, destinés à fixer la date à partir de laquelle court le reste de la peine à purger.

3. L'État de destination a la charge de tous les frais afférents au détenu à partir du moment où celui-ci est sous sa garde.

4. L'exécution de la peine par le détenu transféré est régie par la législation de l'État de destination. L'État de provenance a le pouvoir de remettre, d'amnistier et de commuer la peine en application de sa Constitution ou des autres dispositions légales applicables. Toutefois, l'État de destination peut demander à l'État de provenance d'accorder la remise, l'amnistie ou la commutation de la peine en lui adressant une requête motivée qui doit être examinée avec bienveillance.

5. La peine imposée par l'État de provenance ne peut en aucun cas être aggravée ou prolongée par l'État de destination.

6. À la demande de l'État de provenance, l'État de destination rend compte de l'état d'exécution de la condamnation du détenu transféré en conformité avec le présent Traité, y compris l'éventuelle libération conditionnelle du détenu et de la progression du régime carcéral.

#### *Article 7*

L'État de provenance a compétence en ce qui concerne toute procédure, de quelque ordre que ce soit, tendant à annuler, modifier ou priver d'effet les condamnations prononcées par ses instances judiciaires. L'État de destination doit donc, lorsqu'il reçoit de l'État de provenance la notification voulue, s'engager à mettre en oeuvre les modifications apportées à la peine.

#### *Article 8*

Le détenu transféré ne peut être jugé à nouveau dans l'État de destination pour l'infraction qui a motivé la condamnation prononcée par l'État de provenance.

#### *Article 9*

1. Le présent Traité s'applique aux mineurs en traitement spécialisé en conformité avec la législation des Parties.

2. La mesure privative de liberté qui est appliquée auxdits mineurs d'âge est exécutée en conformité avec la législation de l'État de destination.

3. Le transfèrement est assujéti au consentement exprès du représentant légal du mineur.

4. Si un national de l'une des Parties purge une peine imposée par l'autre Partie en régime probationnaire, en liberté conditionnelle ou en régime carcéral ouvert, il peut purger sa peine sous la surveillance des autorités de l'État de destination.

5. L'autorité judiciaire de l'État de provenance demande, par la voie diplomatique, la mise en oeuvre des mesures de surveillance voulues.

6. Aux fins du présent article, l'autorité judiciaire de l'État de destination peut adopter les mesures de surveillance demandées et elle tient l'État de provenance au courant de la forme dans laquelle ces mesures sont mises en oeuvre, en rendant compte du non respect par le détenu de ses obligations, ainsi que de l'expiration de la période de surveillance.

*Article 10*

L'exécution de la peine et l'application du traitement spécialisé applicables au détenu transféré sont régis par les lois de l'État de destination, y compris les conditions nécessaires à l'octroi et à la révocation de la mise en liberté conditionnelle ou du changement de régime carcéral.

*Article 11*

Aucune disposition du présent Traité ne peut être interprétée comme limitant le pouvoir éventuel des Parties, indépendamment du présent Traité, d'accorder ou d'accepter le transfèrement de délinquants mineurs d'âge ou d'autres détenus.

*Article 12*

Le présent Traité est applicable à l'exécution des peines prononcées soit antérieurement soit postérieurement à la date de son entrée en vigueur.

*Article 13*

1. Le présent Traité entrera en vigueur 30 jours après l'échange des instruments de ratification et il aura une durée indéfinie.

2. Chacune des Parties peut dénoncer le présent Traité en adressant à l'autre, par la voie diplomatique, une notification écrite. La dénonciation prend alors effet 180 jours après la date effective de ladite notification.

3. Les dispositions du Traité ainsi dénoncé demeurent en vigueur à l'égard des détenus qui ont été transférés en conformité avec celles ci jusqu'à l'extinction de leur peine.

Fait à Brasília le 10 février 2000 en deux exemplaires originaux en portugais et espagnol, les deux textes étant également authentiques.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Ministre des relations extérieures,

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Gouvernement de la République du Paraguay :

Le Ministre des relations extérieures,

JOSÉ FÉLIX FERNÁNDEZ ESTIGARRÍBIA